

SER HOMEM OU MULHER É BIOLÓGICO? A NATURALIZAÇÃO DOS GÊNEROS EM REVISTA DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA

BEING A MAN OR WOMAN IS ORGANIC? THE NATURALIZATION OF GENRES IN SCIENCE MAGAZINES

Lilliane Miranda Freitas

Instituto de Estudos Costeiros / Universidade Federal do Pará / lilliane@ufpa.br

Silvia Nogueira Chaves

Instituto de Educação Matemática e Científica / Universidade Federal do Pará /
schaves@ufpa.br

Resumo

Nesta pesquisa buscamos discutir a natureza fabricada dos gêneros, através da análise de discursos biológicos presentes em reportagens da revista Superinteressante, e a produtividade social desses discursos. Analisamos esta problemática à luz do pensamento de Michel Foucault e de alguns/algumas teóricos/as dos Estudos Culturais para pensar na articulação saber/poder presentes nos discursos biológicos e no processo de produção dos gêneros através da pedagogia cultural da mídia. Verificamos nas reportagens analisadas que os atributos de masculinidades e feminilidades são tratados somente como evidências biológicas e dessa forma acabam por produzir e legitimar formas esperadas socialmente e supostamente naturais de ser homem ou mulher. Discutimos que os gêneros não se definem exclusivamente por características biológicas e sexuais, ser homem e ser mulher constituem-se em processos que acontecem em âmbito cultural, social e histórico, assim, os elementos biológicos não formam a base das identidades gênero.

Palavras-chave: Gênero, Pedagogia cultural da mídia, Divulgação científica.

Abstract

In this study we discuss the nature of genres produced by the analysis of discourses present in biological Superinteressante the magazine reports, and social productivity of these discourses. We analyze this issue in light of the thought of Michel Foucault and some/some theoretical / as Cultural Studies to consider the joint power / knowledge of the discourse and the process of biological production of gender through cultural pedagogy of the media. We find in the reports analyzed the attributes of masculinity and femininity are treated only as biological evidence and thus end up producing socially expected and legitimate forms of natural and supposedly being a man or woman. We argue that the genres are not defined solely by biological and sexual characteristics, being a man and a woman are in processes that take place in the cultural, social and historical, thus the biological elements do not form the basis of gender identities

Key-words: Gender, Pedagogy of the cultural media, Scientific.

Introdução

A discussão sobre os chamados sexos opostos ainda permanece bem acesa nas práticas e diferentes espaços sociais, como em programas televisivos, revistas, música, etc. Nesse cenário, não raro verificaremos discursos biológicos constituindo identidades de gênero. Muito frequentemente os argumentos partem das características biológicas dos corpos masculinos e femininos para lançar fundamentos para diferenças comportamentais, intelectuais, de habilidades e estilos de vida entre homens e mulheres.

Esses argumentos engendram discursos¹ que ganham amplitude e força ao serem veiculados pela mídia, uma vez que ela não só transmite uma variedade de formas de conhecimento, como também é um instrumento de subjetivação, pois produz valores e saberes que ao serem reproduzidos vão naturalizando significados em relação aos gêneros, compõe vitalmente o processo de formação das masculinidades e feminilidades. Assim, consideramos que a mídia delinea, situa e estimula determinadas formas de existência coletiva ou de relação consigo mesmo e com o outro através de códigos sociais e culturais, visíveis e vividos no interior dos diferentes espaços sociais que constituem, normalizam e normatizam as masculinidades e feminilidades (FISCHER, 2005).

Por esse viés, o artefato cultural midiático é entendido, dentro dos Estudos Culturais, como pedagogias culturais, pois a mídia além de nos ensinar coisas, também regula condutas e constrói verdades através de múltiplas estratégias constituídas em certas relações de poder². Nessa perspectiva, as diferentes mídias são um lugar de aprendizado a respeito de nós e de como vamos receber e ler o mundo, elas nos dizem como devemos ocupar posições-de-sujeito particulares, o que precisamos e devemos desejar, pensar e fazer para sermos felizes, bem-sucedidos com nossas masculinidades e feminilidades (KELLNER, 1995; WOODWARD, 2000).

Partindo desses entendimentos, torna-se importante reconhecer o papel que as pedagogias culturais da mídia têm na moldagem de identidades sociais e analisar como as representações sobre os gêneros são construídas e assumidas, ensinadas e aprendidas, mediadas e apropriadas no contexto de formações discursivas e institucionais particulares de poder (GIROUX, 1995). Nessa direção, é pertinente ao tomarmos materiais midiáticos descrever a trama estabelecida pelas complexas relações das verdades que são veiculadas e reafirmadas, a materialidade dos efeitos dessas verdades, as lutas em jogo e os modos de sujeição e subjetivação em relação aos gêneros que elas produzem.

Nesse sentido, temos como objetivo discutir as relações de poder existentes na construção de sentidos e significados que fabricam e ensinam modos de ser masculinos e femininos a partir dos discursos biológicos e a produtividade social desses discursos veiculados no formato de divulgação científica, que muitas vezes chegam às salas de aula de ciências como elemento pedagógico neutro. Buscamos, ao investigar os conteúdos da revista, suas matérias, textos, e analisá-las teoricamente, trazer para discussão relações de poder presentes nos conteúdos que são trabalhados por nós, professores/as, ao tratarmos esses saberes de forma acrítica, como verdades incontestes.

¹ Segundo Foucault, o discurso é um conjunto de regras da prática discursiva, engendrada em condições que possibilitam sua existência, condições estas dadas em arenas de lutas, em relações de poder. Ele faz *mais* do que apenas designar coisas, o discurso define uma “realidade”, produz os objetos de que fala (FOUCAULT, 2008).

² Pelo viés foucaultiano, o poder atravessa capilarmente todo o corpo social. O poder é tomado como produtivo, naquilo que ele é capaz de produzir em termos de efeitos. Funciona como uma rede de estratégias e saberes, nenhum poder se exerce sem a apropriação, distribuição e retenção de um saber (FOUCAULT, 2008a).

ANALISANDO A FABRICAÇÃO DOS GÊNEROS NA PEDAGOGIA CULTURAL

Para este estudo, escolhemos como texto cultural e fonte de investigação a Revista Superinteressante (Editora Abril) – edições do ano de 2008 – para analisarmos a construção de identidades de gênero, através do campo de saber que as definem – o biológico – contemplando os efeitos sociais dessas identidades. Como critério de seleção das reportagens, buscamos matérias que se utilizassem argumentos biológicos para explicar, fundamentar ou descrever os gêneros, tornando-as naturais. Dentre as reportagens analisadas, as matérias selecionadas para análise foram “Quem é menos burro?” (Edição 256. Set. 2008), “Ansiedade” (Edição 258. Nov. 2008), “E se não houvesse a monogamia?” (Edição 260. Dez. 2008).

A partir da análise dessas matérias buscamos problematizar como essa rede discursiva, supostamente natural, constitui nossa subjetividade, fixando identidades de gênero ancoradas em justificativas biológicas, que são utilizadas por cientistas e jornalistas de forma supostamente isenta de forças sociais, culturais, políticas, econômicas, tomados como meras descrições, explicações, conhecimento. Os discursos veiculados pela revista não são simplesmente um conjunto de signos que entrecruzam objetos e palavras, mas ele modela práticas sociais ao produzir os objetos de que fala, ele produz uma “realidade” que é engendrada em arenas de lutas, pois o discurso é atravessado pelo poder (FOUCAULT, 2008).

A primeira matéria que analisamos, intitulada “Quem é menos burro?”, discute a polêmica em relação à diferença do tamanho e do desempenho da inteligência de homens e mulheres. Nela destacamos os seguintes excertos:

“Quem é menos burro? Não interessa se você é homem ou mulher: o sexo não diz nada sobre o tamanho da sua inteligência. Mas nem por isso os dois têm cérebros iguais. Veja como essas diferenças podem influenciar nas escolhas mais importantes de sua vida. E dizer quem você é” (“Quem é menos burro?”, set/2008 p. 68, grifo nosso).

“Esse episódio de Os Simpsons brinca com aquela polêmica de 2005, quando o então reitor da Universidade Harvard, Lawrence Summers, disse que havia explicações biológicas para o fato de haver poucas mulheres na elite científica. Mas até que ponto Summers falou besteira? Tudo começa com um fato: quando o assunto é aptidão para ciências exatas, as diferenças estatísticas são claras. Mais de 70% dos estudantes de engenharia no Brasil são homens, enquanto as mulheres dominam as ciências humanas. (...) Começando pela biologia. O que não faltam são evidências de algo que você já sabe: as mulheres entendem melhor de pessoas; os homens, de coisas. (...) Estudos recentes mostram que essas características se manifestam desde os primeiros momentos da vida, o que põe em xeque a teoria de que esse tipo de comportamento é resultado apenas da sociedade (...). Então é natural que os homens tendam a escolher carreiras em que essa capacidade faz a diferença. (...) Como a habilidade de lidar com pessoas tem mais a ver com o cérebro feminino, elas em geral se sentem mais atraídas por carreiras que vão lidar com gente ou com sentimentos” (“Quem é menos burro?”, set/2008 p. 68-70, grifo nosso).

Muito embora o subtítulo da matéria já contenha a afirmação de que “o sexo não diz nada sobre o tamanho da sua inteligência”, uma série de argumentos inatistas comparece de modo a caracterizar se não o grau, mas o tipo de inteligência “próprio” do universo masculino ou feminino como se fossem aspectos inatos a cada gênero, inalienáveis a tal ponto que seria possível antever tendências, aptidões, escolhas.

Nessa matéria, a base para os argumentos que supostamente justificam a supremacia masculina na ciência são “explicações biológicas”, como evidencia o reitor de Harvard. A justificativa biológica vem outra vez ancorada em noções essencialistas, uma vez que, as diferenças que determinam as escolhas profissionais de homens e mulheres e as próprias diferenças entre os gêneros supostamente “se manifestam desde os primeiros momentos da vida”.

Não é de hoje que há esforços científicos para produzir “evidências” que diferenciem homens e mulheres, através da anatomia, fisiologia, genética, neurociências e toda uma parafernália científica, para estabelecer dicotomias, polarizações entre os gêneros, para ver quem é mais isso, ou menos aquilo, como no título da matéria: “Quem é menos burro?”. No entanto, as diferenças sexuais que a Ciência busca descrever não são simplesmente marcadas em função de diferenças materiais que não sejam de alguma forma, simultaneamente marcadas e formadas por práticas discursivas e como toda prática discursiva, está imersa em relações de poder (BUTTLER, 2000).

A matéria sob análise ao tratar como **evidência biológica** diferenças entre os gêneros acaba por produzir e legitimar formas supostamente naturais de ser homem ou mulher. Naturalidade que se traduz em comportamentos, atitudes, “aptidões, habilidades” esperadas e desejadas para esse ou aquele gênero desde “os primeiros momentos de vida”. Naturalizadas, as “explicações biológicas” produzem discursos nos quais as diferenças são tão óbvias, indubitáveis, que até “você (leitor) já sabe”, por que “não faltam evidências” para comprová-las.

Nessa direção, os destinos sociais dos gêneros já estão dados **a priori**. Homens e mulheres enquadrados em seus respectivos atributos seguem (ou pelo menos deveriam seguir) suas vocações obedecendo ao grande plano traçado em seus aparatos biológicos. Por esse viés, nem cultura, nem história ou sociedade, tomam parte na formação dos gêneros. Ao contrário, a ciência “põe em xeque a teoria de que esse tipo de comportamento é resultado apenas da sociedade”.

A própria matéria já traz alguns dos efeitos produzidos por esse discurso ao indicar que há “poucas mulheres na elite científica” e ainda que “mais de 70% dos estudantes de engenharia no Brasil são homens”. Contudo, os efeitos aparecem como conseqüências, desdobramentos esperados de uma identidade que já nasce pronta. Vemos nessas estatísticas a produção, a materialização do objeto de que fala a Ciência. Porquanto, se **naturalmente**, “as mulheres entendem melhor de pessoas; os homens, de coisas” ambos estão convocados a se enquadrarem nessa condição realizando sua destinação de homens e mulheres **normais**.

Aí reside a eficácia produtiva dos discursos, sua repetida pronúncia acaba fabricando aquilo de que fala, e que, supostamente, apenas descreve. Esse é o caráter “performativo” do discurso: fazer com que ele aconteça (SILVA, 2000, p. 93). Dessa forma, tudo o que se diz repetidamente em uma sociedade sobre como devem ser os gêneros, vai construindo a materialidade dessas identidades.

Nessa perspectiva, a produção de identidades de gêneros biologicamente “normais”, forja preferências, interesses, em desenvolver determinadas habilidades ou saberes compatíveis com referências socialmente admitidas para masculinidade e feminilidade. A corrida para se tornarem homens ou mulheres “de verdade”, para alcançarem objetivos e trilharem percursos esperados para o gênero, leva, por exemplo, homens e mulheres a desenvolverem atividades que lhes desagradam, trazem desconforto, ou não lhes satisfazem só para atenderem às exigências sociais que os posicionam em atributos que seriam “naturalmente” características de seu gênero (LOURO, 2000).

Por outro lado, desenvolver bem uma atividade ou prática que não é “típico” de um determinado gênero, como a exemplo da matéria, se mulheres mostrassem “aptidão para ciências exatas”, certamente não seria reconhecido como uma “aptidão”, palavra³ que remete à capacidade, disposição inata do indivíduo. Segundo Louro (2000), o bom desempenho de

³ Segundo definição In: FERREIRA, A. B. H. Novo dicionário da língua portuguesa - Século XXI. Rio de Janeiro: Editora Positivo, 3º ed., 2004.

mulheres em Matemática está frequentemente relacionado ao esforço, trabalho árduo, e nunca ao brilhantismo ou potencialidade, adjetivos que são utilizados para definir os homens que são bem sucedidos nessa área. Há uma expectativa criada de que as meninas naturalmente fracassem e que os meninos sejam bem sucedidos em ciências exatas e que em relação às ciências humanas ocorra o inverso, pois, segundo a ciência, “a habilidade de lidar com pessoas tem mais a ver com o cérebro feminino”.

Por esse entendimento, há uma conduta social que, ao ser seguida, produzirá as masculinidades e feminilidades esperadas para aquela sociedade. Sobre essa produção de perfis de gênero, faço destaque para a matéria “Ansiedade” na qual a ansiedade é apresentada como um mal do século.

“Há outro ponto gerador de ansiedade: ser mulher. Elas costumam sofrer mais com transtornos de ansiedade do que os homens por dois motivos. O primeiro é hormonal: “A mulher não produz hormônios regularmente como o homem. No período pré-menstrual, por exemplo, o cérebro dela fica privado de duas substâncias calmantes e antidepressivas, que são o estrógeno e a progesterona. Essa produção inconstante causa a TPM e a deixa mais vulnerável aos transtornos ansiosos”, diz Valentim Gentil, professor da USP e Ph.D. em psiquiatria pela Universidade de Londres. O segundo é social: para as mulheres, é natural expressar os sentimentos, e elas são treinadas desde pequenas para externar sensações normalmente. Já o homem aprende que sentir ansiedade é sinal de fraqueza, e tem que lidar com ela para ser mais bem aceito socialmente” (“Ansiedade”, nov/2008, p. 70, grifo nosso).

Esse argumento biológico traz uma ideia que há uma entidade feminina, um “ser mulher”. Entretanto, na perspectiva que devolvemos nesse estudo, ser homem e ser mulher constituem-se em processos que acontecem em âmbito cultural, social e histórico, assim, os elementos biológicos não formam a base das identidades gênero (LOURO, 2008). Entendidos dessa forma, os gêneros não se definem exclusivamente por características biológicas, sexuais, construídas por meio de discursos biológicos, pois não há nada de essencial em ser homem ou ser mulher (HARAWAY, 2000).

Outra vez, não se trata de negar a materialidade dos corpos, de negar, por exemplo, a ocorrência dos ciclos fisiológicos e suas ações de regulação hormonal. Mas de assumir que é no interior da cultura e de uma cultura específica que essas características materiais, neste caso, características biológicas sexuais, adquirem significados, e desconfiar destes significados atribuídos, como o de que as mulheres “costumam sofrer mais com transtornos de ansiedade do que os homens”. Pois, a natureza em si mesma, é – culturalmente falando – silenciosa (SILVA, 2000).

Ainda nesse fragmento da matéria, percebemos a ambivalência dos discursos sobre como masculinidade e feminilidade vão sendo engendradas pelo biológico (interferência hormonal) e pelo social. Muito embora o cientista se refira aos aspectos sociais e até problematize a condição social aprendida deles, o aspecto hormonal, biológico comparece como um fator essencial e determinante para o “ser mulher”, sendo inclusive destacado em primeiro lugar, como o “primeiro ponto gerador” antes mesmo do social, isto é, o aspecto social continua em segundo plano, como complemento ou mesmo desdobramento do aparato biológico.

No entanto, compreendemos que há um conjunto de signos que acompanham o ritual de transformar-se em homem e mulher que vão sendo dados nas falas, nos gestos, nos modos de ser e agir, que constituirão a normalidade das identidades de gênero. Porém, a norma não emana de um único lugar, mas, em vez disso, está em toda parte. Expressa-se por meio de recomendações repetidas e observadas, cotidianamente, que vão “treinando” condutas para adquirirem um *status* de normalidade que sirvam de referência a todos. Daí por que a norma se faz penetrante, daí por que ela é capaz de se naturalizar (LOURO, 2008a). A diferença é

ensinada, marcada em relações desiguais de poder e possui sua utilidade como menciona Foucault:

Em certo sentido, o poder de regulamentação obriga à homogeneidade; mas individualiza, permitindo medir os desvios, determinar os níveis, fixar as especialidades e tornar úteis as diferenças, ajustando-as umas às outras. Compreende-se que o poder da norma funcione facilmente dentro de um sistema de igualdade formal, pois dentro de uma homogeneidade que é a regra, ele introduz, como um imperativo útil e resultado de uma medida, toda a gradação das diferenças individuais (FOUCAULT, 2009, p.177).

Assim, os gêneros se produzem nas e pelas relações de poder. Homens e mulheres se fazem através de práticas e relações que instituem condutas e posturas apropriadas, como por exemplo, para o homem não “sentir ansiedade”, assim como gostar de futebol, que para os homens normais e sadios é considerado quase uma obrigação (LOURO, 2008).

Porém as condutas masculinas e femininas são naturalizadas pela ciência, como uma “razão biológica”, e que por serem supostamente biológicas, naturais, seus efeitos tenderiam a ser mais toleráveis socialmente. Sobre isso, destaco a matéria “E se não houvesse a monogamia?”, que trata sobre as consequências sociais da possibilidade de um regime poligâmico e as causas biológicas que autenticam o sistema monogâmico:

*“Casais’ formados por uma mulher e vários maridos praticamente **nunca existiriam**. A razão aí é biológica. Se vários homens casam com a Angelina Jolie, nenhum vai saber com certeza se é pai de algum dos filhos que saírem dela. Isso moldou o cérebro masculino para ter asco à ideia de dividir uma parceira. E até para matar rivais se for necessário. As mulheres? Elas também sentem ciúmes, lógico, mas não de uma forma tão intensa. Se dez moças casarem com Brad Pitt, todo mundo na casa vai saber quem é o pai e a mãe de cada criança. Isso ameniza bem as coisas e torna essa ‘vida a 11’ mais ou menos tolerável” (“E se não houvesse a monogamia?”, dez/2008, p. 57 grifo nosso).*

“Ao longo da história, as mulheres conviveram melhor com a ideia de dividir um cônjuge do que os homens” (“E se não houvesse a monogamia?”, dez/2008, p. 56).

Nestes excertos, as explicações científicas operam na instituição de posições e condutas sociais, e na distribuição e circulação desses atributos incorporados por homens e mulheres. Aos homens, é dado direito “até para matar rivais se for necessário” para garantir a exclusividade sexual da parceira e certeza de paternidade sobre os filhos, pois a paternidade, segundo a matéria, de certa forma “moldou o cérebro masculino para ter asco à ideia de dividir uma parceira”. Porém quando se refere às mulheres, não é dada tanta ênfase a repulsa que a não exclusividade do parceiro poderia causar, porque elas não sentiriam o ciúme “de uma forma tão intensa” quanto os homens, o que permitiria que fosse bem mais ameno e “mais ou menos tolerável” uma situação de poligamia masculina, de modo que institui-se a ideia de que “as mulheres conviveram melhor com a ideia de dividir um cônjuge do que os homens”.

Temos aí um discurso de “cérebros moldados” e uma elipse dos processos culturais de fabricação das pessoas, naturalizando, instituindo e sancionando condutas. Discursos desse tipo já justificaram, (e ainda hoje justificam) no âmbito jurídico, inúmeros episódios de violência contra as mulheres, constituindo-se muitas vezes argumentos legais para absolvição de réus que nada mais fizeram do que preservar sua ‘honra’ ao cometerem barbarismos por “não conviverem bem” ou por “não tolerarem a ideia de dividirem suas parceiras”.

Dessa forma, na matéria vemos que as atitudes violentas e impetuosas dos homens parece se justificar por um discurso neurocientífico de adaptação “ao longo da história” do “cérebro masculino para ter asco à ideia de dividir uma parceira”; e considerando que seria difícil ir “contra a natureza”, a própria biologia garante que situações como a poligamia feminina “nunca existiriam”, e mesmo se viessem a existir seriam supostamente antinaturais.

Já a **conduta biológica** das mulheres é descrita como não intensa, amena, isto é, fraca, branda e frágil, reforçando o discurso de fragilidade da mulher, que segundo Foucault (2008, p. 234), é há muito tempo descrita como “frágil”, essa característica **natural** da mulher a tornaria tolerante, pacífica, dócil, facilmente controlável.

Nessas descrições nada neutras, percebemos que os padrões de feminilidade são como anuncia Weeks (2000), inescapavelmente, um produto do poder dos homens para definir o que é necessário e desejável para eles e para elas – um poder historicamente enraizado. Assim, consideramos que o gênero não se constitui como uma simples categoria analítica, biológica, mas uma relação tácita de poder que se sustenta em um saber que tem vontade de verdade sobre os gêneros.

Muito embora haja uma corrida para a fixação, a homogeneização, há também, na contramão, a existência de variações culturais que contradizem as noções de atributos universais de gênero, o que não deixa de ser um aspecto da subjetivação e da produção da identidade, os processos de estabilização e subversão (SILVA, 2000). Pois o discurso pode ser, concomitantemente, “instrumento e efeito de poder, e também obstáculo, escora, ponto de resistência e ponto de partida de uma estratégia oposta. O discurso veicula e produz poder” (FOUCAULT, 2009a, p. 112).

Isso significa que ser macho ou fêmea, masculino ou feminino, em contextos sociais e culturais diferentes, pode variar enormemente, e a identidade de gênero não é claramente redutível a qualquer dicotomia biológica subjacente (PARKER, 2000). Os gêneros se inscrevem em subjetividades que possuem caráter fragmentado, instável, histórico e plural, é contingente. Por isso, não há sentido em se buscar uma matriz identitária natural para os gêneros, pois nenhuma construção identitária é totalitária, verdadeira, um tal “ser mulher” ou “ser homem” (LOURO, 2000; HARAWAY, 2000).

CONSIDERAÇÕES

Ao tomarmos o discurso biológico/científico e outros discursos como construções sociais, históricas e culturais, consideramos que importa desconfiar daquilo que é tomado como natural, das práticas rotineiras e comuns, dos gestos e das palavras banalizados que inscrevem as identidades de gênero. É necessário, ainda, desestabilizarmos essas verdades, tomá-las como alvos de atenção, questionar os discursos biológicos que frequentam a mídia, os bate-papos informais e as salas de aula, que naturalizam e marcam feminilidades e masculinidades, também, no cotidiano escolar.

Nesse sentido, o campo da educação também se mostra regulado por classificações, presentes no currículo, que nos permitem nomear as diferenças de gênero, conferindo-lhes significados. Somos inclinados geralmente a esquecer o quanto essas classificações, significados, categorias, conceitos, nomes, taxonomias ampliam ou reduzem aquilo que podemos pensar, sentir, dizer, fazer. Deixamos que elas constituam o campo do possível, nos permitindo certas coisas e não outras, nos ensinando a ver e nos comportar de determinadas formas, enfim, constituindo nossos modos de ser femininos e masculinos. Diante desses entendimentos, compreender, identificar e questionar os regimes de regulação inscritos no currículo escolar significa abrir a possibilidade para além de contestar e modificar aquelas relações de poder que tendem a estigmatizar, inferiorizar e excluir certos saberes e grupos sociais, também compreender os processos de fabricação identitárias de gênero.

Nesse jogo de desestabilização das identidades de gênero, suspeita e recusa, o papel do professor é central, pois importa que a prática pedagógica seja uma prática escolar política,

comprometida em criar espaços para transformação, subversão, interferência, resistência e recusa das formas fixas de fabricação de feminilidades e masculinidades. Assim, destacamos também a importância de adquirirmos um alfabetismo crítico da mídia (KELLNER, 1995) e passar a questionar aquelas representações historicamente e socialmente construídas. Isto envolve aprender as habilidades de desconstrução, de compreender como os textos culturais funcionam, como eles significam e produzem significado, como eles constituem e organizam a percepção, neste caso, moral de seus/as leitores/as.

REFERÊNCIAS:

FISCHER, R. M. B. Mídia e juventude: experiências do público e do privado na cultura. **Cad. Cedes**, Campinas, vol. 25, n. 65, p. 43-58, 2005.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2008.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2008a.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I: A vontade de saber**. 19 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2009a.

GIROUX, H. A. Memória e pedagogia no maravilhoso mundo da Disney. In: SILVA, T. T. **Alienígenas na sala de aula**. Rio de Janeiro: Vozes, 1995, pp, 97-112.

HARAWAY, D. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: SILVA, T. T. **Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, pp, 37-129.

HUECK, K. Ansiedade. **Superinteressante**. São Paulo. Ed. 258, nov, n. 11, p. 66-75, 2008.

KELLNER, D. Lendo imagens criticamente: em direção a uma pedagogia pós-moderna. In: SILVA, T. T. **Alienígenas na sala de aula**. Rio de Janeiro: Vozes, 1995, pp, 104-131.

LOURO, G. L. Pedagogias da sexualidade. In: _____. (org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, pp, 07-34.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

LOURO, G. L. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Pro-Posições**, v. 19, n. 2, p. 17-23, 2008a.

PARKER, R. Cultura, economia política e construção social da sexualidade. In: LOURO, G. L (org). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, pp, 125-150.

SILVA, T. T. (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

VERSIGNASSI, A. E se não houvesse monogamia? **Superinteressante**. São Paulo. Ed. 260, dez, n. 13, p. 56-57, 2008.

VERSIGNASSI, A. GIRARDI, G. Quem é menos burro? **Superinteressante**. São Paulo. Ed. 256, set, n. 9, p. 68-70, 2008.

WEEKS, J. O Corpo e a Sexualidade. In: LOURO, G. L (org). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, pp, 35-82.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. (org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.